

Luta Socialista

Edição 08 • 15 de Abril de 2016
CONTRIBUIÇÃO: R\$ 2,00 - SOLIDÁRIO: R\$ 5,00



Luta Socialista
Tendência Interna do PSOL



Por um governo verdadeiramente dos trabalhadores, sem patrões, sem corruptos e burocratas sindicais.

FORA TODOS OS PARTIDOS DO AJUSTE E DA CORRUPÇÃO!

- UNIFICAR AS LUTAS DOS TRABALHADORES E JUVENTUDE. GREVE GERAL!
- POR UM PLANO ECONÔMICO E SOCIAL DE EMERGÊNCIA!



Assembleia dos trabalhadores em educação do Distrito Federal.

Ajuste Fiscal: o único golpe que existe é contra os trabalhadores

Enquanto fechávamos esta edição do Jornal Luta Socialista, Dilma sofria uma derrota na Comissão que analisa o impeachment. Foram 38 votos a favor e 27 contra. Mesmo com Lula e o PT transformando publicamente o Congresso Nacional e a esplanada dos ministérios em balcão de negócios, os aliados que o PT escolheu para governar o país, como ratos, vão abandonando o navio do governo e deixando o PT à própria sorte.

A debandada não acontece apenas nos partidos que Lula/Dilma ostentavam ser sua sólida base aliada no Congresso Nacional. A debandada também ameaça o próprio PT com a possibilidade de saída dos ex - Ministros Tarso Genro e Maria do Rosário, assim como de Arlindo Chinaglia e Marco Maia ex - presidentes da Câmara, para formarem um novo partido.

O PT como instrumento de organização e luta da classe trabalhadora, não existe mais. O PT é mais um partido da ordem, um partido do regime político dos ricos e poderosos.

A cúpula petista está colhendo o que de fato plantou. Ao chegar à presidência da república e escolher aprofundar a aplicação do projeto neoliberal de FHC, Lula e o PT em simbiose com a direita tradicional virou as cos-



tas para os trabalhadores e o povo pobre. Escolheu ter como sócios no governo federal delinquentes da política nacional como Jader Barbalho, Maluf, Sarney, Renan, Delfin Neto, Collor de Melo, Sergio Cabral, etc. Portanto, as revelações da operação Lava-Jato não nos surpreendem.

Para beneficiar os ricos e poderosos, Lula e o PT fizeram aprovar no

Congresso Nacional a reforma da previdência que retirou direitos dos servidores públicos; a Lei de Falências que beneficiou o sistema financeiro em detrimento dos trabalhadores; legalizou a comercialização das sementes transgênicas; com as Parcerias Público Privada (PPP's) criou uma nova modalidade de privatização e sancionou um código florestal que comercializa a

Amazônia e nossas florestas, dentre outras medidas que se chocaram com sua histórica base social.

O único golpe que existe durante todos esses anos é do governo Lula/Dilma contra os trabalhadores/as, a juventude e o povo pobre.

A crise política alimentada pela operação Lava-Jato poderá abreviar e fazer de Dilma uma ex-presidente da República. Independente se ela sobrevive comprando sua permanência no poder ou se o comando do país passa às mãos de Temer/Cunha/Renan, ex-aliados do PT, ou mesmo se cair todos, a crise econômica e social seguirá existindo, assim como a política dos que governam o país atacando nossos direitos e conquistas e fazendo com que os mais pobres paguem a conta da crise.

Na luta contra o ajuste fiscal é necessário unificar as lutas dos trabalhadores e da juventude. Em vários estados os servidores públicos, das três esferas, estão protagonizando greves, particularmente nos setores da educação e saúde públicas de RJ, ES, AP, PA, RS. Nas greves e mobilizações devemos discutir e votar o não pagamento da Dívida Pública e um plano econômico e social de emergência que garanta emprego, salário e serviços públicos de qualidade.

Nota de Esclarecimento

Após a ruptura da CST e LS vivemos momentos de muita tensão, antes e durante as eleições do SINTSEP-PA, com acusações, desconfiança e ataques públicos entre as correntes que integram a diretoria do Sindicato. Esse clima nos levou a afastar apressadamente o Gerson/ CST da direção do sindicato por ocupar cargo de chefia (DAS) e fizemos denúncias públicas de que o mesmo servia tanto à categoria quanto ao governo. No jornal de LS nº7, pág. 8, escrevemos de forma equivocada: "A maioria da categoria resolveu fazer experiência com o sindicalismo de resultados, que tenta subordinar a entidade às organizações políticas e à concepção de dirigir a classe trabalhadora e servir ao governo ao mesmo tempo, para construir patrimônios pessoais".

Por isso esclarecemos que:

1. A CST é uma Corrente Revolucionária, irmã de Luta Socialista. Que ambas as organizações por pertencerem à Unidade Internacional dos

Trabalhadores (UIT-QI) estão na mesma barricada da luta contra governos e patrões;

2. Foi equivocada a resolução de afastar Gerson da direção do SINTSEP-PA, sem sequer realizar uma reunião política com a CST e a UIT-QI para que construíssemos uma saída unificada para a situação;

3. Foi equivocado o tom que usamos na campanha que dava a entender que a chapa liderada pela CST era governista ou pelega, seja pelo fato do Gerson ter ocupado cargo de chefia, seja pela composição da chapa. Temos diferenças políticas, mas queremos deixar expresso que não há acusações morais de nenhum tipo. Isso tanto em relação à CST quanto ao PSTU a quem também consideramos um Partido Revolucionário.

4. Luta Socialista é uma jovem organização, que segue aprendendo com as experiências que levaram à divisão

diversas organizações revolucionárias ao longo da história. Não temos problemas em admitir nossos erros e nos autocriticar publicamente, entretanto, todos temos que aprender que os revolucionários não resolvem suas diferenças com métodos de perseguições políticas, mentiras e agressões físicas ou morais. Esperamos que os fatos ocorridos sirvam de reflexão aos que estiveram envolvidos direta ou indiretamente nessa eleição sindical.

5. Se todos tivéssemos a serenidade para resolver nossas diferenças poderíamos ter organizado uma chapa da esquerda, definindo sua composição em uma convenção de base, evitando os exageros cometidos;

6. Reconhecer os equívocos e fazer esta autocrítica, não anula os problemas nem as diferenças políticas. Seguimos afirmando que foi um erro Gerson ter ocupado cargo de chefia (DAS) sendo diretor do sindicato. Continuamos considerando um erro da

CST e do PSTU compor uma chapa com ativistas sindicais ligados ao PT/PCdoB/PPS, esses sim partidos governistas, para enfrentar outra organização revolucionária. Mas, esta é apenas uma posição política e não pode ser confundida, em hipótese alguma, com acusação moral contra a CST/PSTU.

7. É uma necessidade dos que querem derrotar o ajuste fiscal e o governo, encaminhar as demandas da categoria de maneira conjunta, porém, com a lealdade que deve haver entre organizações que perseguem o mesmo objetivo estratégico, bem como construir uma nova direção para a CONDSEF e para a classe trabalhadora.

São Paulo, 15 de abril de 2016
Comitê Central - Luta Socialista



Expediente
Luta Socialista

Publicação de Luta Socialista - LS/PSOL www.lutasocialista.com.br
Organização Simpatizante da Unidade Internacional dos Trabalhadores - UIT/QI
www.uit-ci.org Jornal de Circulação Interna aos filiados do PSOL

Endereço: Tv. Curuzu, 1598 - Marco
Cep: 66093-801 - Belém - PA
Telefone: (91) 2121-9008
E-mail: lutasocialista@yahoo.com.br

Editoria: Douglas Diniz, Manuel Iraola, Nancy Galvão.

Tradução e Correção: Lucas Barbosa, Suzete Chaffin,
Neide Solimões e Cedício Vasconcelos

Edição Gráfica e Arte Final:
Nílton Kleber Ferreira
(91) 98310-0899 Tim / 98801-8974 Oi
nilton.kleber@hotmail.com nilvonkleber9@gmail.com

Jornalista: Manuel Iraola
MTB: 58511-SP

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e colaboradores

PLP 257/2016 -Direito não se reduz, amplia-se



Babá

Professor da UFRJ e vereador do PSOL na cidade do Rio de Janeiro

O Projeto de Lei Complementar 257/2016 esconde alterações em várias Leis e tenta cobrar dos trabalhadores a conta da crise. Atinge serviços e servidores públicos nas três esferas, pois legitima ações que já vem sendo praticadas pelos governos estaduais e municipais, retira direitos conquistados com muita luta, congela salários, suspende concursos

públicos, propõe demissões voluntárias, destrói a previdência pública e institui a previdência complementar, suspende o pagamento de progressões e promoções, retira gratificações, mas não acaba com os cargos comissionados, como se observa no aditivo feito no Art.22 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu inciso IV. O projeto também avança na privatização com a exigência de disponibilização das empresas estatais como moeda de troca, caso os estados não cumpram com as metas estabelecidas.

O PL que deve ser votado em caráter de urgência, altera artigos da LRF, desresponsabilizando, ainda mais, o Estado com os serviços básicos à popu-

lação, como saúde e educação. Com o “plano de auxílio aos Estados e ao DF” e seu “reequilíbrio fiscal” o governo quer garantir recursos para pagar a dívida pública, adquirindo novas dívidas com os bancos privados, refinanciamentos, compra de títulos e apostas no mercado financeiro.

O governo Dilma/Temer, como parte do ajuste, fez em março um corte de 21,2 bilhões no orçamento, sendo 4,27 bilhões a redução em educação e 2,37 bilhões na saúde. Aprofundando o desmonte da saúde pública o governo implementa a EBSEH reprimindo fortemente as lutas contra a privatização dos hospitais universitários.

O PLP 257/2016, somada ao veto

de Dilma à auditoria da dívida pública, permite aos partidos da burguesia como o PMDB, PT, PDSB e seus aliados, aplicarem, ao mesmo tempo, o ajuste fiscal do governo, mantendo a “corrupção” que sustenta a dívida pública, acabando com os serviços públicos por meio da transferência de recursos para o setor privado. Enganam quem não consegue acompanhar as armadilhas dos PL's aprovados a toque de caixa e tem a atenção desviada para o suposto “golpe” contra o governo sendo que os golpes são contra os trabalhadores. É preciso dizer não ao PLP 257/2016 e unificar as lutas em defesa dos serviços e dos servidores públicos!

Os cortes no orçamento da União e reforma fiscal do governo



Rodrigo Ávila

Economista da Auditoria Cidadã da Dívida.
www.auditoriacidada.org.br

Ao mesmo tempo em que anunciou em fevereiro o corte de R\$ 23,4 bilhões nos gastos sociais do orçamento de 2016, o mesmo governo já gastou com juros e amortizações da questionável dívida pública federal em 2016 (apenas até 7/4) um valor 19 vezes maior: R\$ 450 bilhões. Porém, pela metodologia do “superávit primário”, adotada pelo governo e pela grande imprensa, tais gastos com a dívida não são responsáveis pela crise fiscal do Estado, que seria ocasionada por supostos gastos exagerados na previdência (onde se inclui o salário mínimo), pessoal e outros gastos sociais.

Dentro deste diagnóstico equivocado (que, obviamente, favorece politicamente os rentistas da dívida pública), a solução só poderia ser também equivocada: o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 257/2016, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo a torná-la ainda mais perversa, no sentido de limitar os gastos sociais, para privilegiar ainda mais os gastos com a dívida pública. O PLP, proposto pelo Poder Executivo - e que tramita em regime de urgência e pode ser votado a qualquer momento pela Câmara dos Deputados - reduz ainda mais o limite de gastos com pessoal na União, estados e municípios, e ainda prevê limites como percentual do PIB ou da receita para os gastos sociais, acima dos quais serão tomadas medidas nocivas como o impedimento de reajustes de servidores e até mesmo do salário mínimo.

Outra medida do PLP é conceder pequenas prorrogações de prazo para os estados pagarem dívidas com a

União. Em troca, os governadores irão aplicar pesadas políticas de cortes de direitos de servidores, tais como o congelamento de salários, o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%, e a instituição dos “Fundos de Pensão” na modalidade “contribuição definida”, ou seja, na qual onde se sabe quanto é a contribuição, mas não se sabe quanto será o benefício da aposentadoria, que dependerá do mercado financeiro, dominado por grandes bancos e investidores.

Os estados já pagaram tais dívidas diversas vezes, porém, devido ao mecanismo de “juros sobre juros” (que já foi considerado ilegal pelo STF), tais dívidas se multiplicaram. Tais pagamentos de juros e amortizações dos estados para a União são destinados exclusivamente para o pagamento da também questionável dívida pública federal, principalmente para os mesmos bancos e grandes investidores, os grandes beneficiados com esse verdadeiro golpe perpetrado pelo governo contra os servidores públicos e a população em geral.

Ao invés de cortar mais gastos sociais, o governo deveria promover, com participação da sociedade, uma ampla auditoria sobre a dívida pública, que já consumiu 58% do orçamento federal em 2016, até dia 7 de abril. Porém, a Presidente Dilma vetou a proposta de auditoria da dívida pública da União, Estados e Municípios, que havia sido incluída no Plano Plurianual (2016-2019), por meio da emenda do Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL/PA). A anulação das graves ilegitimidades desta dívida permitiria a retomada dos investimentos sociais, gerando-se desenvolvimento, empregos e mais justiça social.

Porém, o contínuo corte de gastos sociais deprime ainda mais a economia, reduzindo a arrecadação tributária, levando o governo a tentar resolver este problema por meio da opção equivocada de mais cortes de gastos sociais.



Dilma incentiva demissão voluntária para sucatear a Petrobras



Bruno Terribas

Petrolero da base do Sindipetro PA/AM/MA/AP (FNP)

Na mais nova etapa da sua escalada de ataques contra os petroleiros, a direção da companhia abriu a segunda edição do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) no período de dois anos. O PIDV anterior estava direcionado aos empregados aposentados pelo INSS, e cortou 7.309 vagas, sem reposição! A nova etapa, que prevê 12 mil adesões e é aberto a toda a categoria, vai totalizar 20 mil saídas num universo de 69 mil vagas.

Com essas demissões, o objetivo da Petrobras é se mostrar “enxuta” para o mercado, com foco exclusivo na exploração e produção de petróleo e abandonando o objetivo de se tornar uma empresa integrada de energia (petroquímica, termoelétrica, fertilizantes, transporte marítimo, etc.).

O PIDV portanto, além de repre-

sentar uma armadilha para aqueles que se deixarem seduzir pela verba indenizatória oferecida, significa aumento da exploração da força de trabalho que permanecerá, com consequente aumento dos acidentes de trabalho e tragédias que afetarão comunidades vizinhas e o meio ambiente.

O maior patrimônio da empresa, que são os trabalhadores e seu conhecimento técnico que levaram a Petrobras ao topo da indústria mundial do setor, está sendo tratado como um “custo” a ser cortado e exibido nas planilhas financeiras para o mercado. Para isso, rasga-se inclusive o Acordo Coletivo de Trabalho, que prevê negociação permanente sobre o efetivo entre empresas e sindicatos.

A governista Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), de oposição, se opuseram a esta etapa do PIDV. A FUP recomendou que a categoria não assinasse qualquer demissão antes da reunião sobre o assunto marcada com a empresa, ainda esse mês. A FNP por sua vez, pediu em carta a Dilma a demissão do presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, e o fim da política de sucateamento da empresa.

GREVE GERAL do funcionalismo estadual



Danilo Serafim

Direção do SEPE/RJ e CS/PSOL*

Em meio à grave crise econômica e política do país, o estado do RJ, vem sofrendo com as opções políticas do governo Pezão. No fim de 2015, alegando queda de arrecadação e dos royalties do petróleo, Pezão parcelou o 13º salário dos servidores em 5 vezes. Também adiou em dez dias e parcelou o pagamento de salários, o que aumentou a insatisfação dos servidores que já não recebem reajustes inflacionários há dois anos. Pezão ainda enviou à ALERJ, um “Pacote de Maldades” em forma de PL, propondo o reajuste da contribuição previdenciária de 11%, para 14%, aumentando o tempo para aposen-

tadoria dos servidores estaduais e igualando a idade entre homens e mulheres para aposentarem.

O governo Pezão transfere verbas públicas para setores privados, no remanejamento de dinheiro público para megaeventos - como as Olimpíadas, na compra de avaliações externas, nos contratos de empresas para reformas curriculares e formação continuada ou privatizando merenda escolar e na iminente adoção de modelo falido de administração escolar, por OS's, de cunho privado, como já acontece na saúde estadual.

Por isso, o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação – SEPE, articulou com sindicatos de outras categorias e oposições sindicais, organizando a Plenária dos Servidores Estaduais. Reconstituiu o Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais – MUSPE, que fez grandes atos de rua, mas o governo não recuou.

Em 20/02 foi aprovado o início da greve da rede estadual, em Assembleia

do SEPE, a partir do dia 02 de março. Foi uma tentativa de fazer uma greve unificada, mas o MUSPE decidiu aderir à greve somente em abril.

O SEPE mobilizou sua base da educação, conseguindo a adesão de cerca de 70% da categoria, tanto na capital, quanto no interior, mostrando o tamanho e dimensão da luta, como não se via há muitos anos.

Obrigado pela força da luta, Pezão retirou seu “Pacote de Maldades” da ALERJ, mas não desistiu do projeto, apenas lhe deu nova roupagem. O dividiu em cinco partes e encaminhou a primeira parte à ALERJ. Sua votação foi adiada pela força do movimento grevista apesar da forte e violenta repressão por parte dos seguranças.

O SEPE conseguiu um canal de diálogo com o governo, mas a pauta de reivindicação não foi levada em consideração. Nem as pautas pedagógicas, sem custos aos cofres públicos, mereceram respostas. Nesse meio

tempo, o governador Pezão adoeceu sendo substituído, provisoriamente, pelo vice, Francisco Dornelles, que não quis negociar com o movimento.

Em assembleia unificada no dia 06/04, com mais de 30 sindicatos e duas associações, todas as categorias do funcionalismo público estadual aderiram à greve geral no estado do RJ. Além disso, várias escolas em todo estado estão sendo ocupadas por estudantes secundaristas, que reivindicam o fim do sucateamento das escolas públicas estaduais, (já ocuparam 14 escolas em todo estado), aumentando ainda mais a pressão sobre o governo. Seguimos firmes na luta defendendo nossos direitos e conquistas e a unificação de todo o funcionalismo é fundamental para obtermos vitória.

* CS/PSOL: Construção Socialista é uma organização política que faz parte do PSOL e com a qual Luta Socialista mantém relações políticas fraternais.

Nenhum direito a menos! É o lema da educação no Pará



Sílvia Letícia

Professora, Coord. Estadual SINTEPP, LS/Unidos Pra Lutar

A crise econômica aprofunda os problemas sociais nos estados e municípios, pois o remédio que o governo Dilma/PT/PMDB, governadores e prefeitos aplicam para resolver a crise dos ricos é um AJUSTAÇO nos direitos dos trabalhadores. Este ajuste fiscal significa retirar dinheiro da saúde, da educação e de outras áreas sociais para financiar a boa vida de grandes empresários e políticos, por meio de isenções fiscais, convênios e pagamento da dívida pública, que consumiu 64% do PIB (produto interno bruto) do país em fevereiro de 2016.

O governador Jatene/PSDB e os prefeitos no Pará seguem essa política dando sua contribuição ao ajuste fiscal: negam o reajuste do piso salarial dos professores e dos servidores e as vantagens da carreira; diminuem horas de trabalho e o salário, fechando turnos, turnos e escolas; e também negam merenda, transporte, água, luz e reformas. Tudo isso com a desculpa da crise.

Tudo mentira! Mesmo com a dita crise, esses governantes mantêm privilégios e aumentam o número de cargos de confiança e os salários de seus apadrinhados. E fazem convênios superfaturados com empresas, desviando dinheiro da merenda, da previdência, do abono Fundeb, e dos impostos de quem trabalha.

O ano de 2016 começou com greve da educação em vários municípios, como em Baião onde a greve “tem o objetivo de lutar contra as medidas do prefeito Saci/PT de redu-

ção da carga horária dos professores, diminuindo o salário e o direito do aluno em ter 4h diárias de aulas”, afirma o coordenador geral do SINTEPP, Reginaldo Reis.

Em Concórdia do Pará, o coordenador de formação do SINTEPP, Paulo Sérgio Pereira, diz que “a greve denuncia os abusos do prefeito Antônio Maranhense/PSDB, exigindo que o mesmo pague o que deve à categoria”.

Em São Miguel do Guamá a greve foi suspensa pela Justiça, mas “a categoria segue mobilizada e o SINTEPP recorreu desse abuso judicial e político do prefeito que não quer garantir os direitos dos trabalhadores”, afirma o coordenador geral do SINTEPP, Marcos Diego. Existe greve em Parauapebas e fortes mobilizações em Marabá, Breves, Curralinho, Moju, Dom Eliseu, Ananindeua e em outros 20 municípios.

Na rede estadual de ensino, o governador Simão Jatene/PSDB, dá calote no piso, fecha turnos, desestrutura as escolas, impõe o sistema Mundiá de privatização, e quer aprovar um desenho curricular que reduz em 30% as horas das disciplinas no Ensino Médio prejudicando os professores e a formação dos alunos. Esse governador privatista não aceita que o maior índice de aprovação nos vestibulares em 2016 tenha sido da escola pública. Professores e alunos se unem em atos massivos em Belém para barrar a redução curricular.

A Unidos Pra Lutar, está à frente de muitas dessas greves batalhando pela unidade dos trabalhadores, estudantes, pais e outras categorias profissionais para derrotar os prefeitos, Jatene e Dilma, que insistem em destruir direitos conquistados pelos trabalhadores da educação no Pará.

Contra o parcelamento de salários: a educação do Amapá entra em GREVE!



Cássia Evangelista

Servidora Federal do IBGE, LS / Unidos Pra Lutar



Marcelo Gomes

Professor Estadual, LS/Unidos Pra Lutar

Seguindo o exemplo de outros governos estaduais o Governador do Amapá, Waldez Góes (PDT), decidiu pelo parcelamento dos salários dos servidores públicos, pagando 60% no dia 31 de março e os 40% restantes no dia 07 de abril e aproveitou para anunciar que o parcelamento se repetiria nos meses seguintes, além do congelamento dos salários e gratificações, anulando a

possibilidade de negociações sobre a data-base do funcionalismo em 2016. Tais medidas seriam justificadas pela queda na arrecadação do Estado no mês de março, aproximadamente de R\$ 25 milhões.

A política do governador “parcelador” do Amapá é a de repassar a conta do ajuste fiscal aplicado pelo Governo Federal, que já chegou aos Estados, para o trabalhador. No início de 2015 Waldez aumentou seu salário, do vice e de seus secretários, o que representou R\$ 4,5 milhões aos cofres públicos; inflou a folha de pagamento, nomeando 1040 cargos de confiança no período de um ano; e agora propõe reforma no estatuto do servidor público estadual (Lei nº 066), atacando a estabilidade e a previdência social.

Em meio a tantas ameaças, o trabalhador paralisou suas atividades e ocupou as ruas da capital, Macapá. Servidores de várias categorias (educação, saúde, setor econômico e segurança pública) marcharam nos dias 31 de março,

após o pagamento de 60% de seus vencimentos, e no dia 01 de abril, se juntando a mobilização contra todos os partidos da corrupção e do ajuste fiscal.

Os trabalhadores da educação demonstraram sua força de mobilização desde o anúncio do parcelamento, paralisaram suas atividades, e definiram GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO a partir do dia 05 de abril. Porém, a Justiça do estado mais uma vez demonstrou que não está ao lado do trabalhador e decretou ilegal a greve da educação, utilizando como justificativa os erros primários cometidos pela direção e assessoria jurídica do SINSEPEAP na comunicação de greve. Apesar de mais este ataque, a categoria segue mobilizada para reiniciar a greve e ocupar

ruas e praças.

A Unidos Pra Lutar e a Luta Socialista apoiam e ajudam a construir o movimento pela base da categoria: **pela garantia de negociação de ajuste salarial real em 2016, pelo pagamento integral dos salários, pela nomeação dos concursados, por melhores condições de trabalho, contra a reforma na Lei 066 e contra a PLP 257! Não pagaremos a conta da crise!**



Alckmin rouba o salário, a merenda e o bônus!

Sérgio Brito

Professor, Direção da APEOESP - LS/Unidos Pra Lutar



Enquanto os professores esperavam que o bônus caísse na conta, embora cortado pela metade, Alckmin/PSDB anunciou que este ano não pagaria bônus e que daria 2,5% de aumento salarial. Esta medida provocou revolta tanto nos que recebem bônus como nos que não recebem. Alckmin teve que voltar atrás.

Sempre lutamos por reajuste salarial e por plano de carreira. Bônus não é salário, o valor é desigual, ninguém sabe quanto vai receber, as escolas que não cumprem “metas” não recebem e aposentados não tem direito. Para manter os índices as escolas maquiavam as

notas nos conselhos. Se o bônus fosse incorporado ao salário, nossas perdas salariais seriam bem menores.

Mas bônus não é dádiva do governo estadual, os recursos vem do FUNDEB. Muitos professores reivindicam o bônus. Para dividir a categoria o governador lançou uma enquete para os professores escolherem entre ganhar bônus ou reajuste salarial de 2,5%, jogando professor contra professor nas escolas e contra os aposentados.

Prisão para os ladrões da merenda

A operação Alba Branca, que investiga desvio de dinheiro público destinado a merendas escolares, já prendeu Leonel Júlio ex-MDB, ex-presidente da Assembleia Legislativa (ALESP) e Marcel Júlio, lobista que, em delação premiada, já apontou Fernando Capez/PSDB, presidente da ALESP, como principal distribuidor da propina da merenda. Esses desvios foram para eleger Alckmin, Serra,

Covas e garantir lucros aos amigos. Por outro lado o secretário de educação, Nalini, em site oficial não inclui a educação como dever do Estado e defende o ensino privado. Fora Alckmin, Nalini e Capez! Prisão de todos os envolvidos!

Construir a campanha salarial com os estudantes

Os jovens estão protagonizando lutas contra o desvio de dinheiro da merenda escolar, contra a falta de merenda, merendeiras, faxineiras. Na assembleia do dia 08.04, a participação de estudantes foi importante para levar solidariedade à nossa categoria. Infelizmente, a direção majoritária da APEOESP/PT-PCdoB não abriu espaço para que falassem porque não responderam à sua política e jogou os batapaus do sindicato contra os alunos gerando confronto e correria. Repudiamos esta covarde atitude!

Chamamos a categoria a participar da assembleia do dia 29.04 e a construir uma agenda de mobilização para visitar as escolas, eleger representantes sindicais e organizar grêmios estudantis. Um movimento sólido nas escolas que prepare uma forte campanha salarial, pois os professores estão descontentes e não confiam na direção majoritária da APEOESP.



Servidores do RS constroem unidade para lutar por salários e contra o Ajuste Fiscal dos governos Dilma e Sartori



Ludimilla Fagundes

Juventude da CS, Construção Socialista PSOL

Os servidores públicos do Rio Grande do Sul deram, no dia 8 de abril, uma demonstração de força e unidade para enfrentar os ataques praticados pelo governador José Ivo Sartori (PMDB). Diferentes categorias do funcionalismo, que enfrentam o atraso no pagamento e parcelamento de salários há praticamente quinze meses, paralisaram as atividades por duas horas. Várias escolas estaduais, ligadas aos núcleos regionais dirigidos pela oposição à direção cutista do CPERS/Sindicato organizaram protestos na capital e no interior do Estado.

Os ataques aos direitos dos servidores gaúchos começaram no ano passado, quando o governo e a sua base de apoio na Assembleia Legislativa aprovaram uma série de projetos que retiram direitos

destes trabalhadores. Caso do Projeto de Lei Complementar que criou a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) Estadual, o que, na prática, significa o congelamento de salários, e também do Projeto de Lei que reduz o pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) de 40 para dez salários mínimos. E a maquiavélica retirada de direitos se completa com a aprovação da previdência complementar, que obriga o servidor que deseja se aposentar com salário integral a contribuir para um fundo privado de previdência.

O grave neste momento de enfrentamento é que algumas entidades representativas de servidores estão mais preocupadas em defender o governo federal, mergulhado em uma profunda crise econômica e política e muito desgastado com a corrupção que só se faz aumentar com o passar dos dias. A manifestação realizada no Centro Administrativo do Estado, organizada por sindicatos de diferentes categorias do funcionalismo (Sindicataixa, Sindispge, Sintergs e Sindsepe/RS), reforçou a necessidade de ampliar e fortalecer a unidade na defesa de direitos e de conquistas. Sindicato não é para defender esse ou aquele partido. Sindicato

é para defender os trabalhadores, independente de quem está no governo. A crítica tinha endereço: a direção central do CPERS/Sindicato, maior entidade representativa do funcionalismo gaúcho, que gasta energia e recursos da categoria para defender o governo Dilma e quase nada faz para enfrentar os sucessivos ataques praticados por Sartori.

Mas dentro do CPERS/Sindicato tem muitos focos de resistência à política adotada pela direção da entidade. Dirigidos pela oposição, muitos núcleos organizam atividades unificadas com os estudantes que mostram a disposição da comunidade escolar de enfrentar o governo. Também no dia 8 de abril, educadores ligados ao 38º Núcleo, com sede em Porto Alegre, paralisaram o trânsito nas principais avenidas da zona Norte de Porto Alegre. Com o slogan “Salário Parcelado, Trabalho Parcelado”, educadores e estudantes deram um recado ao governo: a categoria não aceitará em silêncio mais ataques.

Outro núcleo com destaque nas mobilizações foi o de Cruz Alta, que organizou um grande ato unificado com a comunidade escolar e protagonizado

pela juventude, que junto com os educadores querem seguir o exemplo de seus colegas, paulistas, cariocas e de outros estados que estão ocupando as suas escolas contra o desmonte da educação.

Para fortalecer ainda mais a unidade, as categorias que organizaram a atividade do dia 8 de abril no Centro Administrativo do Estado estão preparando uma assembleia unificada para o dia 20 de maio, em Porto Alegre. A intenção é dar mais um passo na busca de uma sólida unidade na luta contra qualquer tipo de ataque praticado contra os servidores. A pretensão é agregar no processo de discussão da assembleia outras categorias que também sofrem com o não pagamento de salários em dia. A realidade é que o Rio Grande do Sul tem no Palácio Piratini um inquilino que não governa para a população, muito menos para os servidores. É preciso retomar a indignação e a capacidade de enfrentamento à retirada de direitos.

** CS/PSOL: Construção Socialista é uma organização política que faz parte do PSOL e com a qual Luta Socialista mantém relações políticas fraternais.*

Greve dos municipais de Vitória/ES



Waleska Timóteo

Servidora Municipal, Presidente do SINDSMUVI

Os servidores municipais de Vitória iniciaram greve geral em 29/03 com adesão de cerca de 1000 trabalhadores da administração, da saúde, educação, assistência social, e outros. Os servidores não aceitam a pos-

tura arrogante do prefeito Luciano Rezende (PPS), que desde 2014 não atende qualquer demanda da categoria e não repõe nem a inflação, acumulando assim uma defasagem salarial superior a 18%, além de ter congelado o Plano de Cargos e Salários de todos os trabalhadores e não ter realizado Concurso Público. Além da precarização dos salários os servidores estão sujeitos no dia a dia à política de sucateamento do serviço público, pois falta desde medicamentos nas unidades de saúde até merendas nas escolas, além do risco do trabalho em espaços insalubres.

No primeiro dia da greve foi realizada uma linda e expressiva passeata do

centro da cidade até à prefeitura. Houve panfletagem de uma carta à população, e diálogo sobre os motivos da greve. Em seis dias de atividade foram distribuídos mais de 20 mil informativos conquistando o apoio expressivo dos moradores da Capital. O prefeito optou por não priorizar a prestação de serviço público de qualidade, porém, reajustou o salário dos Secretários de Governo em 40%. Com isso a folha de pagamento dos Cargos Commissionados chega a R\$ 2 milhões mensais, e destinou mais R\$ 2 milhões para despesas em comunicação institucional somente em janeiro.

A maior indignação veio no dia 06 de abril quando a prefeitura conseguiu

decisão do Tribunal de Justiça do ES determinando a suspensão da greve, sob pena de corte de ponto de todos os trabalhadores e a ilegalidade do movimento, alegando que “estavam avançando as negociações”.

A greve entra para a história do município pelo entusiasmo e porque impulsionou a luta dos servidores de outros municípios. A greve foi suspensa, mas a assembleia deliberou movimentos semanais nas ruas, em diversas áreas, articulando atividades com servidores de outros municípios. O SINDSMUVI convocou nova assembleia para o dia 14/04 e ato público para o dia 19. **A luta continua!**

Muitas crises, uma só saída!

A crise política no país não para! A operação Lava-Jato está na 28ª fase batizada de “Vitória de Pirro” e prendeu o ex-senador/PTB-DF Gim Argello, acusado de receber milhões para evitar a convocação de empreiteiros na CPI da Petrobrás. Voltou à tona a morte, do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel. Após 14 anos descobriram que o silêncio sobre sua morte foi comprado com dinheiro da Petrobras.

A Reforma Agrária não foi feita, mas o TCU identificou 578 mil benefícios irregulares nos assentamentos, sendo que 1.017 políticos foram beneficiados: 847 vereadores, 96 deputados, 69 vice-prefeitos, 4 prefeitos e um 1

senador. Um absurdo a doação de terra para 4.293 proprietários de carros de luxo, 37 mil mortos e até recém-nascidos. Esses foram os assentados do governo PT/PMDB!

Por sua vez o PSDB tem seus líderes envolvidos no trensão e no desvio de merenda escolar em SP. O governador Aclkm/PSDB e o presidente da ALESP, Fernando Capez, são os chefes desses esquemas. Por isso, queremos o “fora todos os partidos do ajuste e da corrupção”.

Dia 13/03, os atos pelo impeachment de Dilma foram enormes e nem todos são de direita. Há uma indignação legítima que o PSDB tenta capitalizar,



Militância de Luta Socialista (LS/PSOL) presente no Ato do 1º de Abril em Belém-PA.

Organizar um 1º de maio Classista

Dia 1º de maio é dia mundial de luta da classe trabalhadora. Neste ano vivemos uma brutal crise econômica e social. Além do aumento do custo de vida, o reajuste das contas de água, luz e telefone, a inflação tem derretido nossos salários; a saúde e educação públicas estão sucateadas; a gripe H1N1, a Dengue, Zika e Chikungunya castigam a população e o governo quer que paguemos a conta dessa crise com pro-

jetos no congresso nacional que retiram e atacam nossos direitos e conquistas.

A unidade que precisamos construir é contra o ajuste fiscal do governo e dos patrões. Por isso nesse 1º de maio levantaremos bem altos nossas bandeiras e de forma autônoma e independente, gritaremos: **NÃO VAMOS PAGAR PELA CRISE!**

1º de Maio

dia de luta

FORA TODOS OS PARTIDOS DO AJUSTE E DA CORRUPÇÃO!

UNIFICAR AS LUTAS DOS TRABALHADORES E JUVENTUDE!

GREVE GERAL!

POR UM PLANO ECONÔMICO E SOCIAL DE EMERGÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA!



Atos do 1º de Abril – Fora Todos...

Em 17 Estados se realizou atos pelo “Fora Todos”. Em São Paulo foi o mais expressivo. Cerca de 5 mil pessoas seguiram pela Avenida Paulista acompanhados por carros-som, do Sindicato dos Metalúrgicos e de Químicos do Vale do Paraíba. Estiveram presentes as tendências do PSOL (LS, MES, CST e LSR), o PSTU e o MRT, além de sindicatos: Servidores Municipais, Metroviários, Químicos, Metalúrgicos, Sintusp, Correios, Admap, Unidos pra Lutar, CSP-Conlutas, movimentos sociais e coletivos juvenis. A faixa central do ato dizia **“CONTRA DILMA/PT, CUNHA, TEMER/PMDB, AÉCIO E ALCKMIN/**

PSDB, POR UMA ALTERNATIVA DOS TRABALHADORES E DO POVO POBRE”.

O PT, PMDB, PSDB e o ajuste aplicado por eles foram denunciados. As pessoas ouviam os discursos e liam os panfletos que apontava uma alternativa à falsa polarização PT/PSDB. Gritavam “fora todos os corruptos e aplicadores do ajuste do comando do País”! Os atos deram visibilidade ao campo da classe trabalhadora que empalma com o sentimento de um amplo setor que quer ver fora todos os partidos que governam o país, estados e municípios, roubando os cofres públicos e retirando direitos da maioria da população.



Militância de Luta Socialista (LS/PSOL) presente no Ato do 1º de Abril em São Paulo-SP.

mesmo sendo responsável, tanto quanto o PT, pelo caos do País.

O PSDB e Fiesp querem tirar Dilma e deixar Michel Temer, para melhor aplicar o ajuste. Lula defende Dilma/PT e usa o que resta de seu prestígio para convencer que há um golpe da direita contra a democracia, mas foi Lula quem trouxe a direita para o governo. Dilma/Temer/Aécio é que dão golpes no povo com a lei antiterrorismo para perseguir lutadores, com o PLP 257/2016 para congelar salários e demitir servidores e com a privatização nos estados e municípios. Tudo para seguir pagando a dívida pública.

A Frente Povo Sem Medo, diz que não defende Dilma, mas repete a farsa do golpe. O MTST, apoia Dilma, mesmo com o corte no orçamento do Minha Casa Minha Vida e as pedaladas que cortaram verbas do Bolsa Família e das vacinas contra dengue e gripe.

Setores da esquerda caem no canto de sereia do PT e estão confundindo a população para impedir a queda de Dilma/Temer/Cunha/Renan. Também a direção majoritária do PSOL tem cumprido o papel de dar sobrevida ao PT.

Os operários do ABC paulista,

berço do lulismo, vaiaram duramente os que defenderam Dilma. Na assembleia dos metroviários de SP, militantes da Intersindical e MRT junto com o PCdoB e PT defenderam o governo, mas mesmo assim a base votou Fora Todos! Esses precisam ser ouvidos pela esquerda brasileira.

Milhares de trabalhadores que não participaram das marchas, é a favor que caiam todos os corruptos. O impeachment é insuficiente, pois empossaria Temer e uma linha sucessória de corruptos.

Temos que seguir lutando, seja qual for o governo. Propomos a suspensão do pagamento da dívida pública, confisco dos bens dos corruptos e corruptores, para investir na geração de empregos, aumento de salários e nos serviços públicos. Devemos unificar as lutas rumo à greve geral, para derrotar o ajuste e impor um plano econômico e social dos trabalhadores.

Só no calor das lutas construiremos um governo verdadeiramente dos trabalhadores, sem patrões, partidos burgueses corruptos e burocratas sindicais, para levar o país a uma sociedade socialista e democrática.

Que os ricos paguem pela crise! Por um plano econômico e social de emergência!

A crise econômica e política que envolve todos os partidos do ajuste e da corrupção deve ser resolvida para atender às necessidades dos trabalhadores e do povo pobre.

Dilma (PT) e seus irmãos siameses PMDB/PSDB querem descarregar a crise econômica sobre os ombros dos trabalhadores/as. Ao mesmo tempo em que brigam pela chave do cofre da nação, tentam aplicar um ajuste fiscal que retire nossos direitos e conquistas, flexi-

bilize as leis trabalhistas e privatize o serviço público.

Não vamos deixar!

A única maneira de sair da situação em que nos encontramos é a mobilização, saindo às ruas, unificando nossas lutas e construindo uma poderosa **GREVE GERAL – POR UM PLANO ECONÔMICO E SOCIAL DE EMERGÊNCIA QUE GARANTA EMPREGO, REAJUSTE SALARIAL E SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE.**



ALGUMAS DAS PROPOSTAS DE LUTA SOCIALISTA (LS/PSOL)

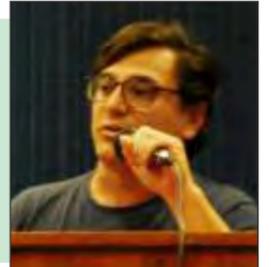


NÃO AO PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA

“É inadmissível que Dilma retire dinheiro da saúde, educação, segurança pública, da moradia popular, reforma agrária, etc. (R\$ 450 bilhões até 07/04/2016) para dar aos parasitas do sistema financeiro. É necessário parar de pagar a ilegal dívida pública brasileira para bancos nacionais e estrangeiros bem como taxar com altos impostos as grandes fortunas e investir em um Plano Econômico e Social de Emergência para resolver os problemas dos trabalhadores e do povo pobre de nosso país”. **Douglas Diniz** - Membro do Diretório Nacional do PSOL).

REFORMA POLÍTICA

“Defendemos o fim do foro privilegiado dos políticos; fim da imunidade parlamentar e revogabilidade dos mandatos; que o salário do político seja igual ao piso nacional de um professor; a corrupção seja considerada crime hediondo; que ocorra apenas uma reeleição para a câmara federal e a extinção do senado; financiamento público das campanhas eleitorais. Por uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana que reordene o país a favor dos interesses dos trabalhadores e do povo pobre.”. **Ângelo Balbino** - Professor, Dirigente do PSOL/DF)



EMPREGO E SALÁRIO

“Redução da jornada de trabalho sem redução de salários; fim do Banco de Horas; fim das terceirizações; melhoria nas condições de trabalho; valorização profissional; plano de obras públicas para absorver desempregados; estatizar, sob controle dos trabalhadores, as empresas que demitirem alegando prejuízos e multa aos empresários; reajuste geral de salários, a cada 3 (três) meses, para repor a inflação do período”. **Wellington Cabral** – Trabalhador Químico - Direção do Sindicato dos Químicos de São José dos Campos e Região/SP e da FETQUIM.

SAÚDE

“10% do PIB para saúde pública já! Fim do repasse de verbas públicas para a rede privada e planos de saúde; auditoria nos planos de saúde; concurso público; piso nacional de salário definido pela categoria; sistema de dedicação exclusiva”. **Neide Solimões** - Servidora Pública Federal – Direção do SINTSEP-PA e da Executiva Nacional da CONDSEF



EDUCAÇÃO

“10% do PIB para educação pública já! Fim das Organizações Sociais (OS's) na gerência das escolas; Piso Nacional na educação básica com base no salário mínimo do DIEESE; valorização na carreira; PCCR Unificado dos trabalhadores da educação básica e carreira única na educação superior; melhorias nas condições de trabalho, concurso público, construção de creches; fim da privatização do ensino superior. **Silvia Letícia** - Professora – Coordenação Estadual do SINTEPP).

TRANSPORTE

“ Congelamento das tarifas dos transportes públicos em todo o país com gerenciamento de trabalhadores e usuários. Passe livre para desempregados e estudantes, melhorias nas condições de trabalho, transporte 24 horas a serviço da população, jornada de trabalho de 6 horas para a categoria do transporte público. **Alex Fernandes** (Trabalhador Metroviário – Direção do Sindicato dos metroviários/SP).



Moradia Popular – Reforma Agrária e Meio Ambiente

“ Regularização de todas as ocupações urbanas e rurais com direito a infraestrutura e serviços públicos gratuitos e com qualidade para famílias que ganham até 5 salários mínimos. Prisão para os assassinos de trabalhadores da cidade e do campo. Proteção ao meio ambiente e às populações tradicionais. Não às hidrelétricas que destroem nossos rios e riquezas naturais; demarcar todas as terras indígenas”. **Mauricio Matos** (Servidor Público – Ambientalista e Membro do Movimento Xingu vivo para Sempre).

Metroviários de São Paulo em mobilização



Alex Santana
Metroviário e Dirigente da Fenametro - LS / Unidos Pra Lutar

A pauta de reivindicações da campanha salarial 2016 foi encaminhada à empresa no dia 16/03, depois foi realizado seminário com a base no dia 09/04 para traçar um plano de lutas. Mas na prática a campanha começou em janeiro quando o Metrô anunciou diversos ataques, como suspensão de férias, mudança nas datas de pagamento, parcelamento e redução de PR, suspensão das progressões salariais, entre outras.

No dia 06/04 foi realizada uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa, chamada pela Frente Parlamentar em Defesa do Metrô Público, Estatal, de Qualidade e com Tarifa Social, liderada pelos Deputados do PSOL, Carlos Giannazi e Raul Marce-



Audiência Pública na Assembleia Legislativa de São Paulo, em defesa do metrô público, estatal, de qualidade e com tarifa social.

lo. Nessa audiência, o Governo do Estado, Alckmin/PSDB, foi denunciado pela máfia da merenda, ataque às empresas públicas, corrupção através dos Cartéis do Metrô e CPTM e manobras administrativas que desqualificaram o serviço do Metrô.

O calote de R\$ 255 milhões que o Governo deu no Metrô entre 2014 e 2015, com o não repasse das verbas das gratuidades teve como consequência a

falta de funcionários e falta de peças de reposição dos trens. Pelo menos 9 trens acabaram sendo desmontados às pressas, peça a peça, e usados como “almoxarifado”, motivo pelo qual os metroviários chamam de trens “canibalizados”. Agendamos visita dos parlamentares nos pátios do Metrô, junto com a mídia, para verificarem “in loco” a situação desses trens.

Um caso grave de desperdício de dinheiro público foi o gasto de R\$615 milhões com 26 trens para a Linha 5, que não entram em operação porque o sistema não é compatível com o da linha. Trens comprados para o Monotrilho também não circulam porque há

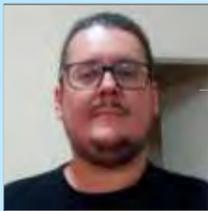
apenas duas estações em funcionamento e as obras estão paradas. Muito dinheiro não é repassado para o Metrô garantindo lucros da Linha 4, que é privatizada. Além disso, as máquinas de recargas não funcionam, gerando filas enormes, sendo um tipo de terceirização da atividade fim dos metroviários.

Essa política do governo de sucatar o sistema e reduzir quadro é para justificar a privatização. A luta principal é contra a privatização e por mais contratações. Reivindicamos que as recargas dos bilhetes sejam feitas pelos próprios metroviários nas cabines do Metrô, reposição das perdas salariais, plano de carreiras e reintegração dos demitidos da última greve.

Buscaremos unificar as lutas com outros setores, principalmente com Ferroviários e Rodoviários, a fim de realizarmos mobilizações conjuntas e ações mais radicalizadas podendo culminar numa greve unificada.



Diante dos ataques os trabalhadores respondem com luta!



Davi Paulo de Souza Jr.
Trabalhador da Johnson, LS / Unidos Pra Lutar

O Vale do Paraíba, região de São Paulo com o terceiro mais populoso aglomerado urbano do Estado (IBGE 2014), vivencia uma crise nunca antes vista. A indústria encolheu 8% no ano passado, pior resultado desde 2003. O Vale vem acompanhando essa queda sendo uma região que se destacava pela produção industrial e exportação de produtos manufaturados. O número de demissões cresceu muito nos últimos anos, na indústria a exemplo da GM, nos serviços, chegando a índices desesperadores. Na Ford, Volks, LG, o sindicato dos metalúrgicos de Taubaté, ligado à CUT, aderiu ao PPE (programa de proteção ao empre-

go), aceitou reduzir salários, e tem a prática de trocar as lutas pelos acordos rebaixados com a patronal.

Nas fábricas Químicas onde tentaram aplicar o PPE na multinacional espanhola TEKNIA localizada na cidade de Jacareí, assembleia na porta da empresa votou “nenhuma redução de direitos”, e na mesa de negociação o sindicato deu um NÃO bem categórico à proposta patronal. Em outras como a Plast Soft os atrasos no pagamento são constantes apesar das várias greves realizadas. Com o mesmo espírito de que não aceitaremos nenhum ataque da patronal e dos governos realizamos assembleias nas principais fábricas químicas como Johnson & Johnson (Americana), Fademaq (Francesa), e BASF (Alemã). Também debatemos nas assembleias de fábrica a necessidade de nos posicionarmos enquanto trabalhadores e enquanto entidade sindical pelo “Fora todos os partidos do ajuste e da corrupção”, que batalharíamos pela “Prisão e confisco dos bens de todos os

corruptos e corruptores”, e que a única saída para a classe trabalhadora tem que ser a sua própria organização para garantir direitos e alcançar seus objetivos. Em todas as assembleias foram aprovadas estas propostas por unanimidade.

Em Jacareí ainda temos que lutar contra o retrocesso e ataques da prefeitura do PT que mais uma vez investe contra os direitos dos servidores públicos, persegue, arrocha salários e agora

cortou o pagamento da insalubridade para quem trabalha no SAAE (serviço autônomo de água e esgoto). Um absurdo!

Os partidos que aplicam o ajuste fiscal contra os trabalhadores e a juventude não nos representam, pois governam para os ricos e empresários. Não aceitaremos qualquer ataque seja dos governos ou dos patrões e seguiremos mobilizando a nossa classe para lutar e resistir.



Assembleia do 1º Turno dos trabalhadores da Johnson & Johnson que votou “Fora todos os partidos do ajuste e da corrupção”.

Os professores do DF precisam de uma alternativa



Danielle Guedes

Professora,
Luta Socialista e
Unidos Pra Lutar

A greve de 2012 foi um importante exemplo de luta dos trabalhadores em educação do DF. Boa parte da categoria saiu dessa greve com um sentimento de vitória. Mas a Diretoria do Sinpro-DF estava completamente atrelada ao Governo Agnelo (PT) e, com o passar do tempo, vimos que as promessas do Governo Agnelo-Filippelle/Dilma-Temer (PT-PMDB) eram mentiras que foram se desfazendo.

Na greve heroica de 2015 sentimos a frustração e a derrota anunciada ao enfrentarmos o Governo Rollemberg (PSB), fiel aliado do Governo Dilma-Temer e a completa falta de disposição da Diretoria de enfrentá-lo.

Logo após o fim dessas greves foram várias as derrotas para a categoria. Os ataques brutais vindos dos governos Agnelo e Rollemberg e do governo Dilma-Temer provocam descaso com a educação e falta de perspectiva da categoria que vê no Sinpro-DF muito mais um estepe dos sucessivos governos do que um instrumento em defesa de suas reivindicações. Mais recentemente o que se viu da parte da Diretoria do Sinpro-DF foi o esforço em salvar o corrupto Governo Dilma, que é ameaçado por outros corruptos como Aécio Neves, e o distanciamento das lutas necessárias para a Campanha Salarial 2016.

O Magistério Público do DF precisa de uma *Alternativa*. É necessário um calendário de mobilização com debates em cada escola e com cada professor/a para que possamos lutar por nossas reivindicações: aumento real de salário, liberação das licenças-prêmio, redução da jornada de trabalho sem redução de salário, aumento do auxílio-saúde, defesa e respeito aos aposentados e professores em contratos temporários, isonomia salarial dos professores de contrato temporário com os efetivos, aumento do auxílio-alimentação, implantação da gratificação natalina além da gratificação natalícia, pagamento de todos os precatórios e pendências financeiras; essas e outras reivindicações, ao contrário do que acha a Diretoria do Sinpro-DF, são questões emergenciais que necessitam de mobilização imediata.

O movimento *Alternativa* é oposição de esquerda à atual Direção do Sinpro-DF e sempre esteve em todas as lutas da categoria, participando ativamente das greves, paralisações, comando de greves, delegacias sindicais e contribuindo para o fortalecimento e respeito do nosso Sindicato enquanto instrumento de luta da categoria. Sempre apresentamos propostas para o melhor desempenho das nossas lutas, muitas vezes completamente ignoradas pela atual Direção do Sinpro-DF. Chamamos o conjunto da categoria, nessas eleições do nosso sindicato, a somar conosco na construção de uma chapa para defesa da categoria e da classe trabalhadora. Chamamos o conjunto de professoras/es à construção de uma *ALTERNATIVA*.



“A Unidos pra Lutar é uma corrente política sindical que sempre esteve presente nas lutas e mobilizações dos professores. Vemos a necessidade de mudança da atual Direção do Sinpro-DF por entendermos que sempre houve uma atuação pouco satisfatória para a categoria do magistério público do DF. Vemos com grande felicidade o movimento Alternativa do qual faz parte um conjunto de lutadores que sempre estiveram na linha de frente das lutas da nossa categoria e, por isso, nos somamos ao movimento Alternativa por uma chapa de oposição de esquerda nessas eleições do Sinpro.”

Lucas Barbosa

Professor de Contrato Temporário - LS/Unidos pra Lutar

“A Luta Socialista é uma corrente interna do PSOL. A luta contra os governos e os patrões é para nós uma tarefa constante e cotidiana, como também é cotidiana a luta contra os burocratas sindicais, que atrelam as direções dos sindicatos aos sucessivos governos, ora de forma direta, ora de forma indireta. Um sindicato tem que ser livre e independente de todo e qualquer governo para encaminhar as lutas da categoria que representa e atuar com muita democracia. O Sinpro, no momento, não tem condições de cumprir essa tarefa e por isso é hora de uma Alternativa.”



Juliana de Freitas

Professora da Ceilândia - LS/Unidos pra Lutar



“O movimento Alternativa é oposição de esquerda à atual Direção do Sinpro. A construção de uma chapa de esquerda que, sendo Direção do sindicato, encaminhe as lutas e as mobilizações, é algo necessário para nossa categoria ter condições de garantir nossa Pauta de Reivindicações. Devemos aproveitar bem essas eleições sindicais e votar na oposição de esquerda para que o sindicato volte a ser nosso instrumento de luta, e não peça auxiliar dos diversos e sucessivos governos, alguns no mais completo estado de putrefação”.

Angelo Balbino

Professor de Santa Maria - LS/Unidos pra Lutar

“Aumento do auxílio-saúde, a liberação da licença-prêmio, atenção e respeito e isonomia aos aposentados e aos professores com contratos temporários além de aumento salarial real são reivindicações justas e urgentes. Nossa categoria já mostrou diversas vezes disposição para ir à luta, mas é preciso uma direção que leve o combate até o fim. O movimento Alternativa é esta opção”.

João Moreira

Professor da Ceilândia - LS/Unidos pra Lutar



SINTSEP-PA: Organizar a base da categoria para enfrentar o Ajuste Fiscal de Dilma/Temer



Neide Solimões

Servidora Federal, Exec. Nacional da CONDSEF e da CN-LS/Unidos Pra Lutar

Diante da forte crise econômica e social, O Governo Dilma anunciou o PL 257/2016 que é nada mais de que um ataque brutal nos direitos dos trabalhadores. O projeto prevê arrocho salarial dos servidores públicos, demissão de servidores através de PDV, licença incentivada de servidores para colocar terceirizados em seu lugar, privatização de empresas estatais, aumento de 11% para 14% da contribuição para a previdência, corte de até 30% nos gastos com servidores, como verbas indenizatórias, progressões, transferências e diárias.

Denunciamos mais essa barbaridade promovida pelo gover-

no Dilma/Temer, que tenta a todo custo difundir a ideia de que há um golpe em curso. Registramos que há sim um golpe, mas contra os trabalhadores e seus direitos sociais nesse País, e que mais do que nunca, se faz necessário convocar uma Greve Geral para derrotar todos os partidos da corrupção e os planos de ajuste dos Governos das três esferas.

Para enfrentar esses ataques, nossa tarefa será de organizar os servidores públicos federais por local de trabalho, elegendo os delegados sindicais de base em cada órgão, para fortalecer e potencializar nossa luta. A greve do ano passado, mesmo com todo o boicote da direção majoritária da CONDSEF, demonstrou que é possível mobilizar os servidores públicos federais para enfrentar o Governo e conquistar vitórias.

Assim, o SINTSEP-PA só seguirá forte, se elegermos os delegados sindicais para ser ligação entre a direção da entidade e a base da categoria,



Greve dos servidores do Instituto Evandro Chagas.

pois são eles que vivem o dia a dia nos seus órgãos e conhecem a realidade e os problemas que devem ser solucionados, e também, para avaliar politicamente a direção do sindicato, se está cumprindo o que prometeu na

campanha eleitoral, para tal os trabalhadores devem participar ativamente da vida do sindicato, de suas assembleias gerais ou setoriais, dos debates, atos e manifestações convocados por sua direção.

ENTREVISTA

AFONSO RUFINO: Vice-Presidente do SINTECT/AM

Em junho ocorrerá o Congresso Nacional dos Trabalhadores dos Correios. Conversamos com Afonso Rufino - Vice-Presidente do SINTECT-AM, que nos falou sobre o assunto.

JLS: O que você acha do PLS 555 e como ele afeta a sua categoria?

Afonso: O PLS 555 é um ataque terrível à todas as empresas públicas e aos ecetistas pois os Correios serão privatizados e entregues definitivamente aos capitalistas internacionais.

JLS: Como combater esses ataques do governo?

Afonso: Só com muita unidade em âmbito nacional e muita luta pois temos que enfrentar e derrotar o governo e a direção da ECT.

JLS: Parte da direção da FENTECT é governista e não se enfrenta com o governo. Como combatê-los?

Afonso: O governismo na FENTECT tem sido decisivo para aplicação dos ajustes e retirada de direitos históricos. Precisamos de uma alternativa política, combativa e coerente para encaminhar as lutas da categoria.

JLS: Existe um bloco de esquerda na Federação, da qual a Unidos Pra Lutar faz parte. Quem são? Podemos sair unificados, mesmo que parte capitule ao governo?



Afonso: No bloco de esquerda está também a Intersindical (ligada ao Mané Melato) e a LPS (Racha do PCO) que nos últimos anos dirigiu a Federação. Não conseguiu unificar a categoria e por alguns equívocos perdeu o comando da FENTECT para a Artsind/PT e CSP-Conlutas/PSTU. E há uma contradição, pois chama a greve mas defende o governo que aplica o ajuste e o PLS 555, com o falso argumento de golpe à democracia porque são cutistas.

JLS: No CONREP traça-se a campanha salarial. Qual a proposta da Unidos pra Lutar?

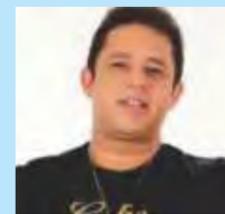
Afonso: O CONREP será no mês de junho e pela primeira vez teremos delegados da Unidos. Nossa intervenção chama à unidade da categoria, um plano de luta e mobilização unificando com outros setores do funcionalismo e outras categorias

em campanha salarial para derrotar a retirada de direitos e o arrocho salarial da ECT e do governo Dilma/Temer.

JLS: Acrise se aprofunda. Uns querem Fora Dilma, outros não ao golpe. O que pensa a categoria e qual a sua posição?

Afonso: A crise política e econômica do país é fruto das políticas desenvolvidas tanto pelo PT que é governo, quanto pelo PSDB que se diz oposição. Diante dessa situação conjuntural a palavra de ordem é FORA TODOS OS PARTIDOS DO AJUSTE E DA CORRUPÇÃO! PRISÃO PARA TODOS OS CORRUPOTOS E CORRUPOTOS, também precisamos discutir um plano alternativo dos trabalhadores que garanta emprego, salário, moradia, reforma agrária e serviços públicos de qualidade.

ELEIÇÕES DO SINTECT-PE



Hálison Tenório

Trabalhador dos Correios, Diretor do SINTECT/PE

Aproximam-se as eleições para renovação da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios em Pernambuco – SINTECT /PE. A Chapa Unidos Pela Base elegeu em Assembleia três (3) dos cinco (5) membros da Junta Eleitoral, sendo que um (1) já é indicado pela Central Sindical à qual o SINTECT-PE é filiado, no caso, a CSP-Conlutas.

A probabilidade é que a Chapa apoiada pela Unidos Pra Lutar enfrente mais duas chapas, uma da CSP-Conlutas/PSTU e outra composta pela CTB/Articulação de Esquerda (AECUT). As inscrições de Chapas acontecem no período de 14 a 28.04.2016, estando marcado o pleito para os dias 17 e 18 de maio/2016. A Chapa Unidos Pela Base é composta por companheiros/as que reivindicam a Unidos Pra Lutar e Independentes.

Acreditamos ser possível construir um movimento forte e unitário por dentro da FENTECT, respeitando as diferenças e a pluralidade do nosso Movimento, mas sempre caminhando na defesa intransigente dos interesses da Classe Trabalhadora, pois só assim, Unidos e com Independência diante dos patrões, governos e partidos políticos é que vamos manter os nossos direitos e avançar em novas conquistas!

MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS

Duas décadas de impunidade!



Maurício Matos
Servidor Público,
Mov. Xingu Vivo Para
Sempre - LS/
Unidos Pra Lutar

Rodovia PA-150, km 96, final da tarde do dia 17 de abril de 1996: atendendo ordens do governador Almir Gabriel (PSDB) para desobstruir a estrada “a qualquer custo”, 155 policiais militares, divididos em duas tropas, cercam os dois sentidos da rodovia na altura da Curva do S, onde os sem-terra que ocupavam a Fazenda Macaxeira haviam se instalado, sete dias após iniciar a “Caminhada pela Reforma Agrária”, que pretendia chegar à capital do estado.

No início da noite daquela quarta-feira, o telefone tocou para vários ativistas: “todos ao CAN (Centro Arquitetônico de Nazaré); trabalhadores sem-terra foram assassinados no sul do Pará”. Centenas de pessoas ocuparam a praça e depois a rua, no centro de Belém. As informações, imprecisas, eram desesperadoras: “sem-terra mortos; dezenas de feridos; 40 desaparecidos; denúncias de execuções”. As imagens do confronto inicial entre policiais armados com metralhadores e trabalhadores com foices e facões começaram a ser divulgadas na televisão. No dia seguinte, na passeata organizada pelos movimentos sociais, uma grande faixa vermelha estampava: “Fora Almir. Assassino de sem terra”. Um coquetel molotov foi arremessado contra um batalhão da PM e houve confronto com a polícia. O mundo come-



çava a tomar conhecimento do Massacre de Eldorado dos Carajás.

VERDADEIRO OBJETIVO: aniquilar as lideranças

Naquele fim de tarde 19 trabalhadores sem-terra foram assassinados. As autópsias revelaram a brutalidade da ação: 39 balas foram encontradas nos corpos (17 na cabeça e pescoço e 11 do tórax e costas). Além dos tiros, cortes e espancamentos contribuíram para os óbitos. “Os disparos, a maioria, atingiram tórax e cabeça, portanto não tinham nenhum objetivo de amedrontar, mas sim abater as pessoas. Isso fica evidente”, disse em entrevista um dos médicos-legistas. Outros 69 ficaram feridos, sendo que mais dois morreriam no hospital.

A maioria não morreu durante o confronto filmado por uma equipe de televisão que estava no local. Alguns foram caçados no meio do mato e outros retirados de dentro dos barracões onde buscavam proteção. Tudo isso está em milhares de páginas do processo judicial que inocentou todos, com exceção dos dois oficiais que comandavam a tro-

pa, mas que recorreram da decisão.

Essa impunidade é o que permite que novos assassinatos sejam praticados pela polícia, cúmplice dos latifundiários, como as duas mortes ocorridas no acampamento do MST em Quedas do Iguaçu-PR, no início do mês.

GOVERNO DILMA: inimigo da reforma agrária

Os engenheiros agrônomos do INCRA denunciam que 2015 foi “o primeiro ano sem nenhum decreto de desa-

propriação de terras para a reforma agrária desde a redemocratização do país” e 2016 segue igual. Nos quatro anos de seu primeiro mandato, Dilma destinou somente 216 áreas para a reforma agrária. Nos dois mandatos de FHC foram desapropriados 3.536 imóveis e durante os governos Lula, 1.987.

Os números indicam que os amigos latifundiários da ministra Kátia Abreu tem bastante influência nos governos petistas. E que as relações políticas da cúpula do MST com o governo federal tem ajudado a frear as lutas no campo.

É preciso mudar os rumos. É preciso que o MST rompa com as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo e venha para o campo dos que lutam contra esse governo capitalista. Pelo fim do latifúndio. Reforma agrária radical, sob controle dos trabalhadores.

Abílio, Amâncio, Altamiro, Antônio Dias, Antônio Cruz, Antônio “Irmão”, Graciano, João Carneiro, João Alves, João Pereira, João Rodrigues, Joaquim, José Pereira, José Ribamar, Leonardo, Lourival, Manoel, Oziel, Raimundo, Robson, Valdemir, PRESENTES!!!!!!!



Ato do 1º de Abril em Belo Horizonte/MG



Rubens Teixeira
Trabalhador de
Informática, Dirigente
do Sindicato/MG -
LS/Unidos Pra Lutar

O Espaço de Unidade de Ação organizou o ato do 1º de abril em Minas e um Tribunal Popular para julgar o crime cometido pela Samarco em Mariana. Participaram trabalhadores de diversas categorias, movimentos de luta pela moradia, estudantil, parte dos sem terra, movimento negro, dirigentes sindicais e políticos, o PSOL, PCB e o PSTU.

A concentração começou às 15 horas, com panfletagem. Militantes se revezaram no carro de som na Praça Sete de Setembro, principal local das manifestações em BH. Vieram caravanas de diversos municípios do Estado. Várias categorias se integravam para fazer a sua denúncia sobre as injustiças que acontecem no seu dia a dia. Uma

passeata percorreu BH denunciando o papel nefasto que os governos, nas três esferas, estão cumprindo. Foi denunciada a retirada de direitos históricos dos trabalhadores, a aprovação da lei anti-terrorismo que criminaliza os movimentos sociais, a redução dos postos de trabalho, a falsa polarização PT/PSDB, pois tanto Dilma como os tucanos aplicam o ajuste deixando a conta para ser paga pela população, mais uma vez.

O Tribunal Popular foi instalado para realizar o julgamento simbólico da Samarco e da Vale do Rio Doce, que há mais de três meses provocaram um dos maiores crimes ambientais do mundo. Até agora não tem ninguém condenado. Milhares de trabalhadores e moradores da região sofrem com o abandono do Estado. Mortes, perda de empregos, de suas casas, tudo levado pela lama. Muitos não conseguiram salvar sequer uma foto ou informação de suas famílias. O

dinheiro que seria para as famílias atingidas não foi distribuído, o local não foi reconstruído, ninguém consegue recomeçar suas vidas. O Tribunal Popular e a população declararam a Samarco, a Vale e o governo Pimentel/ PT/ Aécio / Anastácia/ PSDB: CULPADOS pelo crime perpetrado contra cidade de Mariana e seus moradores, contra Minas Gerais e contra o meio ambiente que continua sendo afetado pela lama tóxica e pelo silêncio cúmplice das autoridades.



5 anos de revolução na Síria

Não ao atentado genocida em Aleppo! Abaixo Bashar Al Assad! Fora o ISIS! Fora os bombardeios da Rússia, EUA e OTAN!

Solidariedade ao povo rebelde sírio! Abaixo os muros da Europa!

Em 15 de março completam-se 5 anos da rebelião popular contra a ditadura de Al Assad na Síria. Desde então, em nenhum dia sequer, o povo sírio deixou de lutar heroicamente por sua liberdade contra a ditadura e invasores diversos.

Foram submetidos a ataques destruidores, incluindo permanentes bombardeios a centros populares, como poucos povos na História. Mais de 300.000 mortos e milhões de refugiados em países vizinhos, centenas de milhares tentando entrar desesperadamente na Europa, milhões expulsos de suas cidades e moradias dentro da mesma Síria.

Entretanto a luta do povo sírio continua. Uma parte importante de Aleppo (que é economicamente a mais

reacionário ISIS (Daesh, em árabe) e pelos bombardeios dos EUA e sua coalizão de 18 países. O primeiro responsável por este genocídio é o ditador Al Assad, herdeiro de uma dinastia há 40 anos no poder. Al Assad foi quem iniciou os bombardeios contra as cidades rebeldes, primeiro com mísseis e em seguida com barris carregados de bombas.

O chamado Estado Islâmico, ISIS, é uma organização ultrarreacionária, armada pelas monarquias petrolíferas de Arábia Saudita e Qatar que também são aliadas do imperialismo. O ISIS atua como “quinta coluna” dividindo o front anti-Bashar e instaurando sua ditadura reacionária em regiões antes controladas pelos setores populares rebeldes.

A Rússia, que tem uma base militar na costa da Síria, é o principal sustentáculo da ditadura. Desde o princípio enviava mísseis, bombas e outras armas. Agora, com o pretexto de combater o ISIS, intervém diretamente bombardeando sistematicamente, na realidade, sobre os rebeldes e a população civil para favorecer o avanço das forças militares da ditadura. Os Estados Unidos, que diz opor-se a Al Assad, também bombardeia a população civil com o mesmo argumento. Turquia, aliada aos Estados Unidos e membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), protege de forma velada o ISIS porque seu objetivo central é atacar aos kurdos, minoria nacional oprimida dentro de seu território e também do norte da Síria.

Todas essas potências, imperialistas e regionais, não atuam nem atuaram em nenhum momento para defender a liberdade do povo sírio, senão para tentar manter o “mal menor” de Bashar Al Assad e ampliar seu próprio domínio regional.

Recentemente Rússia e Estados Unidos acordaram uma “trégua” militar, que permitiria supostamente que



chegue ajuda às cidades sitiadas. Mas a trégua é uma farsa porque os bombardeios continuam, com o pretexto de que “a trégua não inclui os terroristas”. Quer dizer, a principal função da “trégua”, pactuada em reuniões em Genebra e Munique, é sustentar a ditadura de Bashar Al Assad e chegar a uma “solução política” na qual Estados Unidos e Rússia dirijam uma “transição” que mantenha a ditadura e proteja a seus respectivos aliados e interesses.

Por sua vez, os governos europeus se blindam com todo tipo de leis que expulsam, roubam, encarceram, criminalizam os refugiados, enquanto as bombas caem sobre o território sírio e em Genebra se prepara um cerimonial para resgatar o regime de Al Assad. É preciso derrubar todos esses muros e reivindicar o direito à livre circulação de todos os que fogem da guerra e da perseguição.

Sob condições extremas e sob as ruínas, o povo sírio tenta construir um futuro de liberdade e justiça social que só será possível com a queda do regime genocida. Nessa luta estão contrários os governos da região, as grandes potências e o ISIS. Só resta

Atividade em solidariedade a Revolução Síria em Belém-PA.



ao povo sírio a solidariedade dos povos, que até agora tem sido mergulhada na paralisia de um setor da esquerda mundial e que alguns dá apoio explícito a Al Assad e a Putin e outros se abstém.

Milhares de sírios, aproveitando que parcialmente se reduziu a ação militar, saíram a se mobilizar nas ruas em Aleppo, Homs e outras cidades para repudiar Al Assad e os bombardeios. Mostrando que a revolução segue viva. Na batalha de Aleppo está se definindo o destino do povo sírio. Chamamos aos povos do mundo a solidarizar-se com o povo rebelde de Aleppo e de toda Síria. Desde a UIT-QI apoiamos os combatentes e as milícias rebeldes sem dar apoio às suas direções políticas.

Abaixo Al Assad! Basta de bombardeios da Rússia e do imperialismo! Não ao ISIS! Fora Turquia e Irã da Síria! Unidade dos rebeldes sírios e kurdos! Que os governos rompam relações com Bashar Al Assad! Não aos muros europeus! Livre circulação para os refugiados!

11 de março de 2016 - Unidade Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (UIT-QI)



Atividade em solidariedade a Revolução Síria, Buenos Aires - Argentina.

importante cidade do país), bairros de Damasco, dezenas de cidades e povoados permanecem nas mãos de milícias populares rebeldes, muitas agrupadas no Exército Livre Sírio e outras que quase não tem centralização. A maioria expressa a rebelião popular, são unidades formadas espontaneamente por jovens estudantes ou trabalhadores de cada povo para enfrentar a repressão genocida.

Em 4 de março, em uma centena de cidades liberadas da Síria, houve importantes manifestações populares com o lema “a revolução continua”. Uma demonstração de força incrível do povo sírio, que há cinco anos é martirizado com barris explosivos, bombardeios, armas químicas, detenções e torturas massivas, assédios a famintos nas mãos das forças do regime de Bashar Al Assad e seus aliados, Putin e Irã, pelos ataques do



Atividade internacionalista de apoio a Revolução Síria.